

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

URBANIZAÇÃO, TRABALHO E FUTEBOL NA CIDADE DE SANTOS (1892 – 1920)

André Luiz Rodrigues Carreira

Universidade de São Paulo

andrecarreira80@hotmail.com

Parece desnecessário, por sua notória onipresença, reafirmar que os esportes ocupam um lugar de incontestável destaque no mundo contemporâneo. Em suas atuais estruturas, a vida urbana abriga inúmeros espaços destinados à prática esportiva, seja ela de caráter profissional, apresentada como espetáculo, seja ela uma atividade de caráter mais informal, disseminada pelo tecido urbano em escolas, praças, ruas e praias.

Para atingir esse patamar de inserção na dinâmica espacial de uma cidade, os esportes cumpriram historicamente um longo e complexo percurso, do qual analisaremos aqui uma etapa que julgamos crucial. Trabalhamos com o pressuposto básico de que o momento decisivo de construção desse amplo cenário guarda importantes conexões com o advento da modernidade urbana.

Nesse sentido, este trabalho se estrutura a partir de um objetivo central: analisar o papel da Companhia Construtora de Santos, capitaneada por Roberto Simonsen, e da Companhia Docas de Santos no processo de transformação urbana ocorrido na cidade de Santos no início do século XX e a relação dessas empresas com um dos elementos culturais fundamentais da classe trabalhadora no período, o futebol.

O espaço urbano, no seu processo de transformação, é simultaneamente registro e agente histórico (BRESCIANI, 2018). Nessa direção, deve-se destacar a noção de territorialidade, identificando o espaço enquanto experiência individual e coletiva, onde a rua, a praça, a praia, o bairro, os percursos estão plenos de lembranças, vivências e memórias. Espaços que, além de sua existência material, são também codificados num

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sistema de representação que deve ser focalizado pelo pesquisador, em um intenso trabalho de investigação sobre as significações dos processos urbanos.

Estudar a cidade implica estabelecer conexões de tipo variado com a própria experiência de viver em cidades. Conexões objetivas de moradia e trabalho, laços afetivos tecendo espaços nos quais as lembranças compõem um acervo especial, nós intrincados que relacionam expectativas e imagens, idealizadas em grande parte e resistentes à passagem do tempo.

O período abarcado pela pesquisa é marcado por duas ideias que norteiam a atuação do poder público em relação à cidade: civilizar, interferindo no espaço urbano e nos hábitos cotidianos, e higienizar, através do saneamento urbano. O ato de civilizar era visto como tentativa de impor à cidade padrões urbanos e comportamentais ditos modernos e similares aos das capitais europeias. Foi essa, em larga medida, a perspectiva da reforma urbana santista conduzida no período, especialmente através dos projetos desenvolvidos e comandados por Saturnino de Brito.

A reorganização do espaço urbano teve como objetivo consolidar a inserção do Brasil no modelo capitalista internacional – no caso de Santos, através do escoamento da produção da grande riqueza nacional, o café –, facilitar a circulação de mercadorias e construir espaços simbólicos que afirmassem os valores de uma elite cosmopolita. Havia, entretanto, um obstáculo a ser removido para a concretização da *Belle Époque* tropical: os pobres – imigrantes de origem ibérica, em sua maioria – que habitavam aos milhares as ruas centrais da cidade e moravam majoritariamente em habitações coletivas como os cortiços. Do “bota-abaixo” às imposições do Código de Posturas e das comissões de saneamento, a normatização, a segregação e a exclusão da numerosa e empobrecida população trabalhadora ditava o ritmo de crescimento e transformação cidadina. A reforma resolvia uma série de problemas e contradições da cidade e gerava uma indagação: o que fazer com os homens e mulheres que os governos definiam como “elementos das classes perigosas”, que habitavam as regiões centrais e que eram obstáculos à concretização da desejada e idealizada modernidade?

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A relação das elites e do poder público com os pobres era paradoxal. Os “perigosos” – e aqui é curioso notar a rápida desconstrução de certa idéia de civilidade associada aos imigrantes de origem europeia que logo se transformariam em “agitadores” pelo pertencimento em larga escala à combativa classe operária local – maculavam, do ponto de vista da ocupação e reordenação do espaço urbano, o sonho da cidade cosmopolita. Ao mesmo tempo, eram os trabalhadores urbanos que sustentavam — ao realizar o trabalho braçal que as elites não cogitavam fazer — a viabilidade desse mesmo sonho: operários, empregadas domésticas, estivadores, ensacadores, canteiros, marceneiros, policiais, pedreiros, carpinteiros, pintores, funileiros, carregadores de café, tecelões, jornaleiros, mecânicos, coveiros, motoristas, etc.

Nesse espaço em formação e transformação, de tensão e construção de novas sociabilidades, uma rica atividade esportiva, caracterizada pela introdução e multiplicação de novas modalidades e pela proliferação de associações a agremiações criadas para esse fim se consolida nas primeiras décadas de vida republicana. Procuramos inserir tal movimento de disseminação – do futebol, em especial – no contexto da dinâmica sócio-espacial urbana de então, sugerindo hipóteses que a articulem ao movimento geral da sociedade e substancialmente à espacialidade da cidade pretensamente moderna que se configurava.

Procuraremos demonstrar que o futebol não foi consequência e sim parte constituinte do processo de transformação urbana santista nos primeiros anos do século passado.

Em síntese, foi esse o cenário sobre o qual nos debruçamos quando da realização da pesquisa sobre a cidade de Santos. Uma cidade que se vê abruptamente solapada pelo incessante movimento de pessoas e de interesses que se aglutinavam. Uma cidade que velozmente se metamorfoseava no cais de pedra, nos canteiros de obras, nos cortiços, nos morros, nos canais, nas largas avenidas, nas greves, nas lutas, nas areias, nos gramados, enfim, na bola que rolava e que nunca mais deixou de rolar.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

OS TENTÁCULOS DO GRANDE CAPITAL E O MUNDO DO TRABALHO: ENTRE A LUTA E O LÚDICO

Grande parte da história da moderna cidade de Santos está relacionada Ao preponderante papel exercido no seu espaço urbano por duas grandes empresas: a Companhia Docas de Santos, presente desde fins do século XIX , e a Companhia Construtora de Santos, fundada, como o Santos Futebol Clube, em abril de 1912.

As duas empresas tiveram intensa participação nas profundas transformações urbanas, econômicas e sociais ocorridas em Santos no período, alterando de forma marcante tanto a paisagem urbana como as relações sociais vinculadas ao mundo do trabalho – o cada vez mais popular e disseminado futebol incluso.

Começemos pela mais jovem das duas empresas: a Companhia Construtora de Santos, fundada por Roberto Simonsen. Simonsen frequentou a Escola Politécnica na cidade de São Paulo, onde se tornou engenheiro em 1909. Pouco tempo depois, trabalhou como diretor geral e como engenheiro chefe da Comissão de Melhoramentos de Santos. Após deixar a administração municipal santista, funda, em 1912, como principal acionista e diretor-superintendente, a Companhia Construtora de Santos. A trajetória familiar e profissional de Simonsen não pode ser desprezada na análise da empresa que se formava. Roberto era neto de Ignácio Wallace da Gama Cochrane, engenheiro fiscal da construção da ferrovia Santos-Jundiaí e fundador da Companhia de Melhoramentos de Santos, mais tarde adquirida pela The City of Santos Improvements Company, empresa por sua vez responsável pela exploração de serviços públicos como abastecimento de água, iluminação e transportes.

As relações entre Roberto Simonsen e a administração pública local não se esgotavam no fato do mesmo ter sido funcionário da Prefeitura nos anos anteriores à fundação da empresa. Coraly Gará Caetano (1994, p. 29) afirma que:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“observando os estatutos da Cia. Construtora de Santos, é possível verificar que a criação desta empresa contou com o apoio e favores dos poderes públicos. Segundo a Lei Orgânica dos Municípios, lei 1.038, foi concedida a primazia por cinquenta anos para esta empresa dirigir as obras públicas, com a isenção de impostos industriais, prediais e profissionais. Não sendo preciso, ainda, a abertura de concorrência pública. Estes privilégios permitiram inferir que, neste caso, o poder público colaborou diretamente na implantação da grande indústria na cidade e, em especial, para o crescimento da empresa de Simonsen.”

O “apoio” citado no texto encontra ressonância na íntima relação existente entre Simonsen e o então prefeito, Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva. Belmiro, prefeito municipal entre 1910 e 1914 e novamente entre 1917 e 1920, era um dos acionistas da recém-criada Companhia Construtora de Santos. A proximidade permaneceria nos anos vindouros. A Companhia Construtora de Santos, agora atuando sob a denominação de uma de suas subsidiárias, a Companhia Santista de Habitações Econômicas, seria responsável pela construção do bairro que eternizaria o seu nome, a Vila Belmiro, e pelo estádio – como veremos em detalhes mais adiante – do Santos Futebol Clube que, embora leve o nome de Urbano Caldeira, é mundialmente famoso pela denominação de seu bairro de origem.

A empresa de Simonsen, beneficiando-se das íntimas relações com o poder público, crescia e expandia suas funções rapidamente. Já em 1913, a Companhia dispunha de 70 engenheiros e 18 mil empregados (SILVA e GITAHY, 1996, p. 95). Com uma estrutura desse porte, a empresa passou a atuar em áreas bastante diversas no setor de construção: obras diretamente relacionadas à urbanização, como arruamento, calçamento e abastecimento de água; edificação de prédios públicos, residências populares, armazéns, teatros, bancos, igrejas e praças esportivas. Em menos de três anos de existência, a empresa explorava pedreiras onde eram preparadas diversas peças de cantaria utilizadas nos serviços urbanos – de calçamento, por exemplo – da cidade (SILVA, 2003, p. 66).

A proximidade da empresa com o poder público local incidiria também sobre os projetos de habitação popular. Desde fins do século XIX, trabalhadores amontoavam-se nas chamadas “casas de cômodos”, os populares cortiços. Mesmo após as campanhas de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

saneamento, os cortiços não tardariam a proliferar novamente. Característicos da região central da cidade e habitada sobretudo por trabalhadores de baixa renda, essa modalidade de moradia seria alvo de intensa política de intervenção. Seguindo uma lógica sanitária que buscava regular as condições de habitação na cidade e expandir as possibilidades de investimento das grandes empresas capitalistas – como a empresa de Simonsen – organizadas para a construção de moradias populares, a prefeitura atacava as habitações coletivas através da política do “bota-abaixo”.

A perspectiva do “embelezamento”, tão característica das reformas urbanas da época, vinha acompanhada de uma política de extermínio dos cortiços e outras construções populares que fugissem aos padrões tidos como aceitáveis. A população desalojada acabava sendo atirada à rua, e as prometidas vilas e habitações operárias não chegaram a ser construídas nem pelo governo do Estado, nem pela municipalidade ou pelas empresas de capital privado como a empresa de Simonsen. Arranjando-se como podiam, os “desalojados” foram progressivamente empurrados para os morros e bairros menos valorizados, ficando segregados na moderna cidade que se formava.

Entretanto, apesar de gozar de situação favorável mesmo em conjuntura de crise econômica, a empresa não deixou de enfrentar, desde a sua fundação, a classe trabalhadora local. A posição destacada da empresa no setor e a rápida ampliação de suas atividades na cidade encontravam no organizado movimento operário da construção civil o seu contraponto. O até então consolidado controle do mercado de trabalho pelos trabalhadores qualificados, os “artistas” da construção civil, encontrou na Companhia de Simonsen um adversário capaz de redefinir os termos do confronto capital/trabalho. Exemplo disso é a inflexibilidade da empresa diante da greve dos canteiros de 1913. Vitoriosa em todas as pedreiras de Santos, a greve foi duramente reprimida pelas forças policiais nas regiões sob controle da Companhia Construtora de Santos, provocando a prisão de 75 trabalhadores e o estabelecimento de estado de sítio na cidade (SILVA, 2003). Sobre esse contexto, Silva e Gitahy (1996, p. 119) afirmam:

“A força do movimento operário dos trabalhadores da construção civil durante a *belle époque* residia no controle do mercado de trabalho pelas suas organizações. Para trabalhar, os “artistas” atestavam a sua condição de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

membros da Federação Operária Local de Santos que, desde 1912, reunia todos os sindicatos operários da cidade. Foi esta legitimidade, crucial nos momentos de greve, que os grandes construtores buscaram destruir na conjuntura da Primeira Guerra Mundial. Observava-se no setor, até então, uma união dos trabalhadores, concretizada pela existência da *closed shop* e, por outro lado, uma nítida divisão no interior do campo patronal. Os grandes construtores, via de regra, mostravam-se mais inflexíveis às reivindicações de seus empregados e, durante as greves, utilizavam os recursos do *lock-out*, das demissões e da repressão policial. Os pequenos mestres de obras, por sua vez, revelavam-se mais sensíveis aos acordos com os trabalhadores. Foi essa situação que Roberto Simonsen encontrou no momento da criação da Companhia Construtora de Santos, procurando revertê-la.”

Em meados de 1916, os trabalhadores da construção civil de Santos voltam a se organizar e reativam o Sindicato de Pedreiros, Carpinteiros, Pintores e Serventes e a Federação Operária Local de Santos. Como resposta e por iniciativa de Simonsen, o setor patronal funda o Centro de Construtores e Industriais de Santos. Entre as medidas idealizadas por Simonsen através do Centro estavam a criação de um cadastro obrigatório para trabalhadores locais e a criação de uma Câmara de Trabalho, proposta supostamente conciliatória que buscava intermediar as relações entre capital e trabalho, esvaziando a influência dos sindicatos e organizações de classe. Em ambas as iniciativas, apesar de fracassadas, “caberia aos empresários a tutela de todas as esferas do mundo do trabalho” (SILVA e GITAHY, 1996, p. 120)

As estratégias do patronato, tendo no setor de construção a proeminência de Roberto Simonsen e de sua companhia, não se esgotariam nas propostas citadas, tampouco nas relações estabelecidas com a então Prefeitura Municipal. O auxílio de membros do poder público não se resumiria na participação acionária de Belmiro Ribeiro na empresa. O então Delegado Regional de Polícia em Santos, Bias Bueno, era advogado e conselheiro da empresa, “cabendo-lhe a função de manter a ordem e proteger a propriedade, além de controlar a seleção dos trabalhadores e arbitrar nos processos de demissão” (CAETANO, 1994, p. 31). A existência de uma mesma pessoa atuando como funcionário da empresa e como responsável pelas forças policiais naturalmente facilitava a perseguição a operários considerados “indesejados”. Curiosamente, uma das justificativas para a criação do Centro de Construtores e Industriais de Santos foi a suposta violência contra a propriedade dos grevistas da construção civil (SILVA, 2003, p. 72).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Apesar da estratégia de repressão policial conjugada a posições pretensamente conciliatórias, as greves não cessariam. Em 1917, por exemplo, os trabalhadores da construção civil paralisariam suas atividades com adesão de ferroviários, canteiros, trabalhadores do Saneamento, carroceiros e ensacadores de café (idem, p. 84). O Centro, capitaneado por Simonsen, denunciava a “intransigência” dos grevistas ao mesmo tempo em que reforçava a proposta de criação da Câmara de Trabalho, medida de negação da idéia de representação pelo sindicato embora apresentada como veículo de diálogo entre patrões e trabalhadores.

As malogradas iniciativas de Simonsen no campo conciliatório não escondem o fato de que as greves de 1916 e 1917 foram, para os trabalhadores, pouco efetivas. Entretanto, durante as ondas grevistas de 1919 e 1920, os trabalhadores ligados ao setor da construção civil teriam, novamente, papel de destaque.

A greve dos canteiros, categoria profissional que, como veremos, teria destaque na proliferação do futebol santista, desencadeada em dezembro de 1920, foi amplamente vitoriosa, sendo responsável pela retomada dos níveis salariais anteriores a 1913 (GITAHY, 1992, p. 95).

Se os trabalhadores da construção civil e os trabalhadores portuários eram as duas categorias consideradas mais organizadas e combativas da cidade de Santos, a Companhia Construtora de Santos e Companhia Docas de Santos foram, durante as décadas mais intensas de transformação do espaço urbano santista, os representantes do grande capital privado.

A Companhia Docas, com apoio do governo federal – importante lembrar que a empresa criada por Guinle e Gafreé tinha sua sede na cidade do Rio de Janeiro – logo monopolizaria todas as operações de carga e descarga realizadas em terra no porto de Santos. Depois da greve pela jornada de oito horas, em 1908, apenas os estivadores – que operavam no interior dos navios – não foram totalmente absorvidos pela Companhia Docas na região do cais (SILVA e GITAHY, 2012, p. 24). Embora o contrato firmado em 1888 com o governo imperial não especificasse o monopólio, a empresa foi, paulatinamente, controlando o processo de trabalho, mantendo, inclusive,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

um corpo permanente e bastante numeroso de trabalhadores, como motoneiros, maquinistas, foguistas, marinheiros, carpinteiros, pedreiros, serventes, vigias e zeladores (SILVA, 2003, p. 175).

Foi no porto que, até meados dos anos 1910, as greves tiveram maior visibilidade e impacto. Em uma economia voltada primordialmente para a exportação de café, os transportes tornavam-se definitivamente um setor estratégico.

Em Santos, a iniciativa privada foi inequivocamente amparada pela proteção estatal. Assim como no caso de Simonsen e sua Companhia e a Prefeitura Municipal, a proximidade da Docas com o governo federal trouxe à empresa diversos benefícios. A Companhia rapidamente expandiria seus tentáculos para outras atividades, como produção de energia elétrica, armazenagem e exploração de pedreiras, gozando de isenções fiscais e vantagens na desapropriação de terrenos, apesar das pressões das administrações municipais santistas no sentido contrário (Idem, p. 176)

A enorme sombra exercida pela Companhia Docas e que se manifestava regularmente no padrão inflexível da empresa no trato das paralisações de seus trabalhadores, no entanto, encontrava limites na própria natureza do trabalho portuário. A cultura de trabalho e as redes de sociabilidade extrapolavam o universo meramente laboral. Sobre essa questão, é importante ressaltar que:

“a vastidão do porto e certo anonimato nele existente implicavam familiaridade e formação de redes informais, de cujos vínculos podiam depender a sobrevivência dos trabalhadores e o aprendizado de formas secretas de resistência. As relações sociais também preexistiam àquelas estabelecidas no trabalho. Laços pessoais e familiares eram acionados desde o momento da contratação da força de trabalho, criando múltiplas lealdades e tradições de trabalho transmitidas de geração em geração, de modo que muitas famílias foram socializadas no porto, criando verdadeiras linhagens de militância e experiência sindical. Em suma, esses fatores de solidariedade criavam terreno propício à ação coletiva, no âmbito estritamente laboral ou fora dele.” (SILVA e GITAHY, 2012, p. 25)

O senso de pertencimento associado a experiências comuns foram constituindo, entre os trabalhadores da cidade, uma forte cultura associativa. O trabalho ocasional

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estreitava a proximidade entre moradia e fontes de emprego, fazendo com que os trabalhadores do porto fossem muitas vezes vizinhos e habitassem nas localidades contíguas ao cais, como os bairros do Macuco, Vila Mathias, Paquetá e a região central da cidade. Para além dos sindicatos e organizações operárias, diversas associações mutualistas, aproximadamente quarenta em Santos entre 1891 e 1920 (LUCA, 1990, p. 20), sociedades beneficentes, jornais e, enfim, clubes e times de futebol, foram se formando.

A BOLA ROLA NOS CAMINHOS DA CIDADE: CAPITAL, TRABALHO E FUTEBOL NA SANTOS DOS ANOS 1910

A expansão portuária, as intervenções urbanas de caráter sanitarista e a instauração de uma rede de serviços públicos se constituíram em elementos fundamentais nas modificações do espaço urbano santista e da sociabilidade urbana no último quarto do século XIX e primeiras décadas do século XX. O conjunto de obras e melhorias urbanas implantadas nesse período significou a integração da cidade portuária às transformações que estavam ocorrendo em âmbito nacional no final do século XIX – e que incluíam uma política de desobstrução, reorganização e reordenação dos espaços urbanos. A remodelação urbana era parte essencial nessa tarefa e modernizar o porto e as ruas para permitir livre acesso das mercadorias era problema fundamental que o desenvolvimento do novo capital privado requeria.

Pensando a cidade como expressão dos padrões de uma classe que se projetam em seus espaços físicos (SCHORSKE, 1988), essas transformações criaram novas formas desejáveis de viver na cidade; na casa ou na rua, esse foi um momento de inserção e de consolidação de novos valores. Por outro lado, as oportunidades de emprego produzidas pelo crescimento do porto, e como desdobramento, da cidade de Santos no final do século XIX atraíram um grande número de trabalhadores, em geral bastante empobrecidos. As formas de compreender e lidar com essa “nova ordem

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

social” caracterizada tanto pelo crescimento demográfico quanto pelo aparecimento e disseminação dos cortiços se traduziram em intervenções urbanas que acabariam por definir as cidades como espaços que dividiriam as funções de moradia, de trabalho e de lazer:

“Se a expansão da cidade e a concentração de trabalhadores ocasionaram inúmeros problemas, a segregação social impedia que os diferentes estratos sociais sofressem da mesma maneira os efeitos da crise urbana, garantindo às elites áreas de uso exclusivo, livres da deterioração, além de uma apropriação diferenciada dos investimentos públicos.” (BONDUKI, 1998, p.20)

A expansão urbana delineava novos espaços e usos da cidade. O acesso a serviços públicos e os benefícios da modernidade que se pretendia instaurar não eram para todos:

“O delineamento classista dos bairros era claro já no início do século [XX], talvez até mais evidente do que em nossos dias, quando tais limites muitas vezes parecem borrados. Distinção geográfica que não transparecia somente nas fachadas das casas. Era igualmente denunciada pela diferente topografia e saneamento do solo, pela distribuição desigual dos serviços urbanos (iluminação, calçamento, água, esgoto, gás, coleta de lixo, bonde, telefone, ajardinamento e correios) e pelas distâncias guardadas em relação a indústrias e ferrovias. [...] O mesmo processo que introduzia melhoramentos públicos, elegia os excluídos desses benefícios.” (GAMBETA, 1991, p.25)

Desde o início do novo século se acentuou, em decorrência das reformas, o incessante deslocamento involuntário da população nas áreas urbanas santistas. Consolidavam-se os traços originais da futura constituição da cidade, com a formação de distintas redes sociais de apropriação do espaço, com repercussões na fragmentação e na setorização de Santos.

Santos expandiu-se, primordialmente, para leste na direção do Atlântico, graças às linhas de bondes, à abertura de novas avenidas e à construção da rede de canais. As antigas chácaras ali existentes foram loteadas e considerável parte dos moradores das

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

regiões centrais, em virtude de processo sanitarista já mencionado, foi deslocado para a região dos morros ou para novos bairros que estavam sendo formados, como o Macuco, a Vila Mathias, o Gonzaga e a Vila Belmiro. Segundo Maria Carolina Mazeviero, o crescimento urbano da cidade pode ser explicado através de dois vetores distintos:

“de um lado, o vetor da exclusão ao qual pertenciam os trabalhadores, os imigrantes e os ex-escravos que passaram a ocupar a região central da cidade, as encostas dos morros e os chamados arrabaldes mais próximos ao perímetro urbano. (...) De outro lado, o vetor da valorização fundiária seguia os investimentos imobiliários ao longo das avenidas Conselheiro Nébias e Ana Costa seguindo em direção à praia da Barra, onde surgiam os primeiros casarões e palacetes da elite, além de hotéis e clubes de luxo que transformavam a orla em núcleo de lazer da nova e moderna cidade. Portanto, a expansão urbana de Santos foi marcada pela cisão da cidade em dois núcleos sociais pelas reformas urbanas, pois, na medida em que estas empurravam a população pobre para a periferia também criavam condições de ocupação e valorização da orla. Estas transformações que ocorreram na cidade foram conduzidas por agentes estatais e patrocinadas pelo capital privado.” (MAZEVIERO, 2008, p. 47)

O capital privado não apenas patrocinava, mas pavimentava os caminhos da cidade “moderna” que surgia.

A área à beira-mar passou a ser ocupada pelas famílias de posses da região, onde moravam ou passavam temporadas de veraneio em chácaras e onde foram sendo construídos hotéis e espaços destinados ao lazer. Essa área contrastava com a zona central, onde se concentrava a área comercial, de funcionamento do porto, de habitação de trabalhadores ligados ao porto, à ferrovia, aos diversos armazéns e depósitos ali instalados e também onde havia o maior número de cortiços devido ao grande número de trabalhadores que vieram para Santos. As praias para o lazer, o Centro para o comércio, o estuário para o embarque do café e as áreas próximas a serra para as indústrias. A reordenação dos espaços na cidade de Santos do início do século XX promoveu intenso processo de segregação sócio-espacial (LANNA, 1996, p. 102). Se, como demonstra Matos (2005), as condições habitacionais da população pobre santista eram caracterizadas pelo predomínio de cortiços erguidos em pátios e quintais – sem acesso a água, esgoto ou iluminação – localizados em becos e vielas das regiões centrais

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

da cidade, a ocupação da região das praias pelas elites locais, seguindo uma lógica de evolução urbana caracterizada por grandes vias, linhas de bonde e ampliação dos serviços urbanos, ditava os rumos do desenvolvimento citadino.

O deslocamento das elites do centro de Santos em direção às praias reorientou o sentido de expansão da cidade. A construção, ainda no final do século XIX, de grandes hotéis na via costeira e de inúmeros estabelecimentos voltados ao lazer para aqueles que o podiam consumir, acabou por romper com a antiga lógica de centralidade da cidade.

A expansão da cidade rumo à orla trouxe consigo o surgimento de uma variedade de atividades de lazer – como cinemas, cassinos, rinqes de patinação, salas de jogos e danças e a descoberta do footing à beira-mar. A construção desses inúmeros empreendimentos modificou significativamente os usos da cidade. O predomínio da esfera privada avançava à medida que diversos estabelecimentos comerciais das mais variadas ordens eram inaugurados, alterando os padrões do consumo de parte da população e introduzindo novos costumes e hábitos. Esse processo, que parecia ser para todos, já indicava as distinções sociais que recortavam a sociedade santista. Indicando as mudanças de Santos na época, diversos memorialistas destacaram o surgimento de uma vida urbana movimentada, de teatros, cassinos, lojas com vitrines que exibiam uma diversidade de produtos, bares, restaurantes, clubes e hotéis. As ruas, agora com calçadas, permitiam à população passear e tomar contato com as novidades do comércio sofisticado que surgia para atender às suas novas demandas. O espaço da rua e das praças tornou-se mais agitado, com maior trânsito de pessoas, veículos e lojas, mas era cada vez menos “na” rua que estava a vida da cidade. O divertimento cada vez mais veio a se associar ao recebimento de uma renda ou do salário, principalmente a partir da última década do século XIX. As festas e espetáculos – de futebol, inclusive – aconteciam cada vez menos nas ruas e cada vez mais em clubes, onde se pressupunha a condição de sócio ou de convidado para participar, o que implicava uma seleção da convivência. A própria ocupação dos espaços nos espetáculos – como veremos mais adiante – era mediada pela possibilidade de se pagar por ela.

As festividades já não mais se passavam nas ruas, e quando ainda aconteciam era sob uma nova forma, caracterizada por certa concepção de anonimato. Essas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mudanças transformaram o espaço da rua em local de espetáculo, de fruição pelo olhar, de local de trânsito disciplinado de mercadorias e pessoas, afirmando a concepção burguesa do viver em cidades. Com suas antigas funções esvaziadas, ao passo que outras surgiam, a rua, segundo Lanna (1996, p.106):

“deverá guardar no seu contorno os elementos desta nova sociedade. Simbolizar enquanto linearidade vista como vitória da racionalidade. E ao seu redor vão aparecendo os elementos indicativos da nova rua formando a nova cidade: a calçada que separa o trânsito dos pedestres e dos veículos; as lojas com vitrines simbolizando o mundo fascinante e fetichizado da mercadoria e do anonimato; os espaços semi-públicos ou essencialmente privados de lazer como consumo do tempo livre.”

Entre os espaços de consumo do tempo livre, os dedicados exclusivamente aos espetáculos de futebol. Se a expansão da cidade era tratada pelo grande capital privado como oportunidade de negócios, o cada vez mais popular futebol seria parte constituinte desse processo de transformação.

Em uma cidade em formação e transformação, marcada pelos intensos conflitos entre capital e trabalho e por acentuado processo de segregação sócio-espacial, o futebol se traduzia em experiência cultural compartilhada, complexa, contraditória como o espaço urbano que o abrigava.

O ano de 1912 é, como vimos anteriormente, fundamental para a análise das transformações ocorridas em Santos nos anos e décadas subseqüentes. A tênue linha divisória entre público e privado encontraria no futebol em expansão um de seus elementos constitutivos.

No campo esportivo, a fundação do Santos Futebol Clube, em meados de abril. No campo empresarial, curiosamente no mesmo mês de abril, a fundação da Companhia Construtora de Santos por Roberto Simonsen.

De um lado, o surgimento do clube que representaria o ponto de inflexão do processo de popularização do futebol na cidade. De outro, o surgimento da empresa que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

seria responsável por profundas mudanças no espaço urbano santista, reorganizando a paisagem, criando novos bairros e, conseqüentemente, alterando padrões de sociabilidade e modos de viver.

A atuação da empresa de Simonsen, como visto no decorrer desse capítulo, era bastante diversificada e se espraiava por quase todos os segmentos do setor de construção: obras diretamente relacionadas à urbanização, como arruamento, calçamento e abastecimento de água; edificação de prédios públicos, residências populares, armazéns, teatros, bancos, igrejas, etc.

A inserção efetiva de Simonsen e de sua Companhia no campo de jogo não tardaria a acontecer. Novamente, as trajetórias da Companhia Construtora de Santos e do Santos Futebol Clube se cruzariam.

Em abril de 1915, três anos após a sua fundação, o então presidente do Santos Futebol Clube, Agnello Cícero de Oliveira, solicitou a formação de uma comissão de sócios do clube tendo em vista a “necessidade urgente da construção de um campo de football com todas as acomodações e instalações que se fazem precisar aos nossos jogadores e aos nossos apreciadores.”

O primeiro terreno analisado pela comissão era de propriedade de Oswaldo Sampaio, negociante do ramo de café. Localizado na região conhecida na época como Campo Grande, o espaço encontrava-se, nas palavras dos sócios e membros da comissão Luiz Suplicy e Sebastião Arantes, “edificada com pequenas casas de madeira”, o que poderia trazer ao clube, caso o negócio fosse concretizado, “grande prejuízo além do custo para desalojar os indivíduos do terreno”. Apesar das pendências referentes ao espaço, o negócio, no início de 1916, era dado como certo por diversos membros da administração do clube. A situação se modificaria quando, em abril, curiosamente na data do aniversário de quatro anos da agremiação, Luiz Suplicy comunica à diretoria que a Companhia Construtora de Santos – através de sua subsidiária Companhia Santista de Habitações Econômicas – havia proposto ao clube fornecer um campo completo, vendendo-o em prestações mensais (PIERIN, 2011, p. 75). Pouco mais de um mês depois do comunicado, o vice-presidente Álvaro de Oliveira

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ribeiro informa aos sócios em reunião extraordinária as seguintes considerações sobre as possibilidades aventadas pela diretoria sobre a compra de um terreno para a construção de um campo de jogo. O documento abaixo é parte da ata da reunião e encontra-se disponível no centro de documentação localizado na atual sede do clube:

“Valor do terreno da Construtora (Cia. Santista de Habitações Econômicas): 72:000\$000, com 16.000 metros quadrados. Valor do terreno de Oswaldo Sampaio: 40:000\$000, com 18.000 metros quadrados. A venda do terreno de Oswaldo Sampaio depende da anuência dos condôminos – venda sujeita a embargos do condômino que não estiver de acordo. Construtora: O campo será entregue dentro de quatro meses no máximo. Oswaldo: Necessita seis meses para despedir os inquilinos, podendo ainda segundo informa o advogado do mesmo, haver desmenda do inquilino, o que demoraria a questão. O terreno da Construtora é alto, setenta centímetros acima no nível da rua, com luz elétrica, água e esgotos, bonde e bairro familiar. O de Oswaldo por sanear e para conseguir o saneamento é necessário abrir valas, sem esgotos, sem luz e bonde muito distante. Construtora: paga -se o terreno em dez anos em prestações mensais de novecentos mil réis e juros de 8% a 10% ao ano. O terreno de Oswaldo só terá valor de quarenta contos durante dois anos. Daí em diante será a vontade do mesmo. A opção dará lugar caso o terreno nessa ocasião esteja valorizado e o sr. Oswaldo não sujeitar -se a aceitar o preço combinado e pagar ao clube a importância dispendida na construção das benfeitorias: caso não se possa comprar o campo, o clube terá de pagar (...) 50 anos a quantia de quinhentos mil réis mensais o que importa em dezoito contos de réis. A Construtora ainda empresta ao clube a quantia de trinta contos de réis com juros de 12% ao ano, pagando em cinco anos e em prestações mensais, para a construção das benfeitorias. Com o sr. Oswaldo não se tem onde haver essa quantia devido as condições atuais da Praça e ao clube, sem fundo de reserva, o que deixará problemática a construção de arquibancadas etc, e até o fim do ano corrente onde será disputado o campeonato? Com a Construtora, com os três primeiros anos, o clube terá gasto a importância de cinquenta e sete contos de réis. Com o sr. Oswaldo, o clube, nos três primeiros anos, terá de arranjar a quantia de quarenta contos de réis para a compra do campo, mais trinta contos para pagamento das benfeitorias, e, mais doze contos dos aluguéis dos campos, o que soma oitenta e dois contos de réis.”

Em menos de duas semanas, no dia 10 de junho de 1916, o presidente Agnello Cícero de Oliveira encerrou as negociações e assinou contrato de compra do terreno e construção do campo de jogo – incluindo aterro, colocação de gramado e ligação com a rede de esgoto e saneamento – com a Companhia Santista de Habitações Econômicas. Interessante notar o destaque dado no documento à existência de água, rede de esgoto, luz elétrica, linhas de bonde e demais serviços urbanos no contrato oferecido pela

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Companhia, empresa responsável, em parceria com o poder público local, por amplo projeto de urbanização do incipiente bairro depois chamado de Vila Belmiro.

As negociações entre Santos Futebol Clube e a empresa de Simonsen revelam aspectos interessantes do processo de configuração do espaço urbano santista.

A construção de habitações populares em uma cidade caracterizada por crescimento populacional vertiginoso era tema amplamente discutido desde fins do século XIX. Saturnino de Brito, por exemplo, em texto de 1909 já propunha para Santos a construção de “lares operários destinados às famílias pobres”, tendo por objetivos a melhoria das condições de salubridade e o conseqüente combate às epidemias e o “estabelecimento de uma nova ordem moral e social pela elevação correlata dos sentimentos e conduta do proletariado”. (BRITO, 1943, p. 155-56 e p. 162) Na mesma obra, Saturnino indica inclusive as especificações que as moradias populares, destinadas aos trabalhadores, deveriam ter: quarto, cozinha, quintal, gabinete e precisariam ser bem ventilados e servidos por rede de esgoto. Na pedagogia sanitarista de Brito, a conservação da casa e da vida em família seria o lugar primordial de formação de um novo e bom trabalhador.

Na primeira metade da década de 1910, o tema volta à baila por ocasião da fundação da Companhia Construtora de Santos em 1912 e pela criação de uma de suas subsidiárias, a Companhia Santista de Habitações Econômicas, em 1914. Esta última, envolvida diretamente na construção do campo de jogo do Santos Futebol Clube, surgiu, segundo consta do contrato então firmado com a municipalidade, “com o objetivo de construção e revenda de lotes urbanos e construção e exploração de habitações operárias”. A Companhia, no entanto, após três anos de contrato – em 1917, portanto – havia construído apenas quatro das quinhentas moradias operárias previstas no acordo com a administração municipal (LANNA, 1996, p. 129). O período coincide com a proposta feita pela empresa ao Santos Futebol Clube para a construção de uma praça esportiva na mesma Vila Operária, posteriormente denominada Vila Belmiro, que deveria ter recebido as habitações destinadas à classe trabalhadora.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nas palavras de um de seus diretores, em passagem citada por Lanna (1996), a Companhia afirma ter desistido da construção de habitações populares no local devido ao fato de o capital empregado não ter “justa remuneração”.

O traçado das linhas de bonde e dos canais de saneamento dos projetos de Saturnino de Brito ia definindo a paisagem dos bairros explorados, loteados e comercializados pela empresa de Simonsen. A ocupação dos novos bairros respondia à lógica de mercado aplicada à habitação. No lugar de moradias populares, confortáveis casas com jardins sendo ocupadas, ainda nas palavras do diretor da Companhia citado anteriormente, por “operários de casaca”, típicos elementos da classe média. De um lado, a classe trabalhadora vai sendo empurrada para as adjacências da região central e para os morros, espaços desprovidos, em larga medida, das benesses das reformas urbanas e das obras de saneamento. De outro lado, a expansão do capital privado, articulado ao poder público, na exploração e loteamento dos novos bairros que surgiam.

Os estádios de futebol surgiam como desdobramento da expansão e das transformações urbanas, consolidando os espetáculos de futebol como possibilidades de investimentos e de obtenção de lucro.

As relações da Companhia Construtora com o futebol continuariam estreitas. No início da década de 1920, a empresa seria a responsável pela construção da praça esportiva da Associação Atlética Americana, também no bairro da Vila Belmiro. Em reportagem publicada no dia 15 de março de 1925, o jornal *A Tribuna* relata as festividades de inauguração e afirma:

“Confiada à Companhia Santista de Habitações Econômicas a respectiva construção, o campo da Americana oferece, logo ao primeiro golpe de vista de seu visitante, a mais agradável impressão, pela sua beleza, conforto e segurança, o que vem demonstrar que a empresa a quem foi confiado o trabalho soube desempenhar-se de modo a satisfazer as exigências do esporte. (...) A nova praça de esportes está situada à Rua D. Pedro I, n. 50, em Vila Belmiro, e ocupa uma área de terreno de 130 metros por 97, sendo as seguintes as dimensões do campo: 109,60 metros de comprimento por 72,12 de largura. A arquibancada mede cerca de 40 metros, dispondo, também, de casa para mordomo, botequins para arquibancadas e para gerais, dos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

vestiários, com alojamentos indispensáveis para 66 jogadores, pavilhão para a imprensa, bilheterias e outras dependências.”

As poucas informações existentes no diminuto acervo do clube sobre o contrato estabelecido com a Companhia Santista de Habitações Econômicas indicam semelhanças com a operação realizada anos antes nas negociações da empresa com o Santos Futebol Clube. A Americana, hoje restrita a uma pequena sede social no bairro do Gonzaga (o campo de jogo não existe desde o início dos anos 1950), firmou contrato com a empresa de Simonsen ainda em 1919 em que esta se comprometia a “fazer o aterro e realizar obras de construção das dependências da praça esportiva” do terreno localizado no bairro que, no período, já era conhecido como Vila Belmiro.

A ampliação dos campos de jogo e a ocupação de espaços urbanos pelo futebol evidenciam a apropriação da prática por setores sociais mais diversificados. Essa constatação, no entanto, deve ser vista com cuidado. Embora relevante, a popularização dos espetáculos de futebol precisa ser entendida dentro de seus limites, limites esses impostos pela lógica do capital aplicada ao controle dos espaços e pelas barreiras econômicas existentes para a inserção efetiva de determinados setores sociais à vida cotidiana de alguns clubes.

O estádio do Santos Futebol Clube, por exemplo, possuía, em seus primeiros anos, capacidade para pouco mais de dois mil espectadores. No mesmo período, o clube possuía pouco mais da metade desse número em sócios pagantes. Se as mensalidades em equipes como o *Hespanha* giravam, até o final da década de 1910, em torno de 1\$000 (SILVEIRA, 2002, p. 18) e na Portuguesa, no mesmo período, correspondiam a cerca de 4\$000 (SILVEIRA e ROGÉRIO, 2017, p. 19), no Santos as mensalidades ficavam entre 8\$000, nos anos anteriores à construção do estádio, e em 10\$000, nos anos de construção de sua praça esportiva. Embora a inauguração do estádio, como já citado por Pierin (2011), tenha dado certo impulso ao número de sócios do clube, ela não foi suficiente para que o clube pudesse prescindir de não-sócios pagantes em partidas disputadas em casa pela agremiação.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O ainda acanhado estádio, dividido em uma arquibancada coberta, geralmente ocupada pelos sócios, e uma cerca em volta do campo, ocupado por não-sócios que haviam adquirido ingressos, trazia em sua própria arquitetura e concepção espacial a divisão entre os que podiam pagar por certos espaços e os que deveriam assistir aos espetáculos de maneira adequada à suas condições financeiras.

A disseminação de praças esportivas dedicadas à prática do futebol nas décadas de 1910 e 1920 teve nas iniciativas de Roberto Simonsen um de seus vetores. Ela, entretanto, não se restringiu às suas ações.

Durante o final do século XIX e início do século XX, a Companhia Docas de Santos exercia forte controle sobre diversas atividades econômicas na cidade, extrapolando as funções meramente portuárias e explorando setores diversificados como pedreiras e serviços urbanos. Um de seus diretores e, posteriormente, superintendente, teve papel fundamental na compreensão das relações entre a exploração de loteamentos urbanos que caracterizaram a cidade no período e a disseminação do futebol.

Ulrico de Souza Mursa, natural de Niterói (RJ), foi um engenheiro civil especializado em hidráulica, fundador e funcionário de carreira da Companhia Docas de Santos. Durante a juventude, Ulrico Mursa estudou engenharia em três universidades alemãs – Karlsruhe, Hannover e Braunschweig. Na volta, com pouco menos de 30 anos de idade, participou da construção e modernização do porto de Santos, tornando-se rapidamente superintendente da empresa. A década de 1890, justamente a primeira de Mursa como diretor da Docas, marca o início dos loteamentos visando a ocupação de espaços fora do perímetro da região central da cidade de Santos. Como já abordado anteriormente, à expansão da rede de transportes urbanos, os loteamentos eram explorados pela iniciativa privada, muitos deles comprados por uma crescente camada de servidores públicos, negociantes ou funcionários qualificados dos quadros da Companhia Docas (HONORATO, 1997, p. 88).

A dinâmica de especulação em torno dos loteamentos geralmente respondia à mesma lógica: o terreno era adquirido por particulares que se beneficiavam financeiramente da urbanização de seus terrenos. Esses particulares eram responsáveis

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

por alguns serviços básicos de melhoramentos – especificados através de contratos com a municipalidade – e recebiam honorários do poder público em decorrência dos investimentos realizados. Além disso, lucravam com a venda de moradias, exploração do comércio local e revenda de terrenos no perímetro do lote adquirido. O bairro atualmente chamado de Macuco, por exemplo, surgiu nesse contexto. As terras do Macuco, próximas ao cais do porto, pertenciam ao Tenente José Apolinário da Silva, marido da dona Luiza Macuco. Suas terras foram divididas entre seus herdeiros, os quais cederam à Prefeitura para abertura de novas ruas. Além disso, lotearam quadras e construíram residências para venda na região próxima à Avenida Conselheiro Nébias (SANTOS, 1937, p. 55).

Ulrico Mursa também se encaixava nesse perfil: segundo documentos da Prefeitura Municipal de Santos, o então superintendente adquiriu terrenos em cinco regiões da cidade, algumas ainda não caracterizadas como bairros. A localização exata desses terrenos não está especificada, exceção feita a um terreno no bairro do Paquetá.

O terreno de Mursa no Paquetá deu início ao seu vínculo mais estreito com o futebol. Em 1914, o engenheiro firmou contrato de cessão do espaço ao Brasil Futebol Clube – clube criado por funcionários da Companhia Docas –, fundado no ano anterior. O clube recém-criado construiu ali, mais especificamente na Avenida Conselheiro Nébias nas proximidades da região portuária, seu primeiro campo de jogo, utilizado até o princípio da década seguinte não apenas pelo Brasil, mas por grande parte das agremiações santistas do período. Poucos anos depois, Ulrico Mursa seria também responsável pela concessão e regularização do terreno que hoje recebe estádio com seu nome. Nas proximidades da Santa Casa de Santos, o espaço cedido por Mursa em 1919 – e, segundo registros do clube, já utilizado de forma irregular pela agremiação desde o ano anterior – seria utilizado para a instalação do campo da Associação Atlética Portuguesa. Nos poucos documentos existentes sobre a concessão – acessíveis no acervo mantido pela Fundação Arquivo e Memória de Santos em seu Arquivo Permanente –, existe a indicação de que Mursa pretendia “proporcionar lazer para os habitantes da cidade, em especial os de origem portuguesa”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O estádio da Associação Atlética Portuguesa foi inaugurado em dezembro de 1920 em partida da agremiação contra a equipe do Palestra Itália da cidade de São Paulo.

A disseminação de praças esportivas acompanhava o ritmo do desenvolvimento urbano da cidade. Às largas avenidas, canais, linhas de bonde e demais serviços urbanos somavam-se agora os estádios de futebol e o crescente público que para eles afluía.

Seja para o estádio do Brasil Futebol Clube, na larga e pioneira Avenida Conselheiro Nébias através do bonde elétrico de número cinco, seja para a praça esportiva do Santos Futebol Clube, nas proximidades do canal de saneamento de número dois através do bonde 27, seja para o estádio Ulrico Mursa da Portuguesa Santista, em frente ao canal de número um idealizado por Saturnino de Brito através do bonde dezessete, centenas de pessoas circulavam pelos caminhos da cidade a cada partida de futebol, criando novas redes de sociabilidade e um novo modo de viver a urbanidade.

As praças esportivas de fins dos anos 1910, desdobramento das reformas urbanas iniciadas ainda na transição do século XIX para o XX, marcariam a consolidação de certa ideia de modernidade e pujança associadas ao espaço urbano santista. Saneada, expandida, higienizada, civilizada. À cidade das praias, canais, porto, empresas, circulação de capital, o seu avesso: entre 1919 e 1920 estouram na cidade duas grandes greves. No primeiro, treze categorias entram em greve em decorrência de paralisação deflagrada no porto por funcionários da Companhia Docas. No segundo, canteiros, entre eles muitos a serviço da Companhia de Simonsen, cruzam os braços. Prisões, invasões de sindicatos, demissões de trabalhadores, deportações.

Falta de moradia, pobreza, segregação sócio-espacial.

À proliferação de times, estádios e espetáculos de futebol, a cidade constituída na saca de café, no saco de cimento, na ponta da picareta, no suor escorrendo pela testa.

Na luta e no lúdico.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Prática social e cultural fundamental na compreensão das tensões entre capital e trabalho, o futebol constituiu elemento primordial de articulação na disputa pelos sentidos da cidade.

REFERÊNCIAS:

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo, Estação Liberdade, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella. *Da cidade e do urbano: experiências, sensibilidades, projetos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. “Projetos e Relatórios. O Saneamento de Santos”. In: *Obras Completas de Saturnino de Brito*, Vol. VII. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943.

CAETANO, Coraly Gará. *Desvendando mistérios: Roberto Simonsen e a luta de classes*. 1994. Tese (doutorado) – IFCH/UNICAMP, Campinas/SP.

GAMBETA, Wilson. *A bola rolou: o Velódromo paulista e os espetáculos de futebol (1895 – 1916)*. 2013. Tese (Doutorado) – FFLCH USP, São Paulo.

GITAHY, M.L.C. *Ventos do Mar*. São Paulo, Editora UNESP, 1992.

HONORATO, Cezar. *O polvo e o porto: a Companhia Docas de Santos (1888 – 1914)*. São Paulo: Prisma, 1997.

LANNA, A. L. D. *Uma cidade na transição: Santos (1870 – 1913)*. São Paulo: Hucitec, 1996.

LUCA, Tânia de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MATOS, Maria Izilda Santos de. Santos, o porto do café: cidade, cotidiano e trabalho. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 30, p. 9-27, 2005.

MAZEVIERO, Maria Carolina. *Memória e identidade urbana em Santos: usos e preservação de tipologias arquitetônicas da Avenida Conselheiro Nébias*. 2008. Dissertação (Mestrado) – FAU USP, São Paulo.

PIERIN, Gabriel Davi. *Santos Football-Club: o nascimento de um gigante*. Santos/SP: Realejo Livros, 2011.

SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos: 1532-1936*. 2 vols. São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes, 1937.

SCHORSKE, Carl. *Viena Fin-De-Siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, F. T. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

SILVA, F. T. da e GITAHY, M.L.C. “O movimento operário da construção civil santista durante a Primeira Guerra Mundial” In: *História Social*. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1996.

SILVEIRA, Álvaro dos Santos, ROGÉRIO, Paulo. *100 Anos Sou Mais Briosos*. Santos/SP: Realejo Livros, 2017.